

# Definindo Fronteiras no Recasamento: Relato de uma Experiência Clínica

Denise Bernardi<sup>1</sup>

Monica de Vasconcellos Dias<sup>2</sup>

Rebeca Nonato Machado<sup>3</sup>

Terezinha Féres-Carneiro<sup>4</sup>

## Resumo

*O presente trabalho tem como objetivo investigar as fronteiras no recasamento, buscando compreender o interjogo estabelecido entre a conjugalidade e a parentalidade na estruturação da nova família. Para isso, desenvolvemos uma investigação clínico-qualitativa, a partir de um estudo de caso realizado em clínica-escola de uma universidade privada da cidade do Rio de Janeiro. A psicoterapia de casal ocorreu durante oito meses, com supervisão semanal. Utilizamos relatórios que foram elaborados durante o processo de atendimento para obter os dados. Verificamos que existem especificidades nas relações da família recasada, como a presença de um delicado equilíbrio entre a construção da identidade conjugal e a reorganização das funções parentais. Constatamos a necessidade de serem elaboradas as expectativas desencadeadas pela participação do novo cônjuge no cuidado dos filhos do primeiro casamento, buscando criar um diálogo sobre a interferência disso na conjugalidade recentemente construída.*

**Palavras-chave:** recasamento; psicoterapia; fronteiras; conjugalidade; parentalidade.

## Setting Boundaries in Remarriage: Report of a Clinical Experience

### Abstract

*The present study aims to investigate the boundaries on remarriage, seeking to understand the interplay established between conjugality and parenthood in the structuring of the new Family. For this, we have developed a clinical-qualitative research, from a case study in a clinical school from a private University in Rio de Janeiro. Couple psychotherapy occurred during eight months, with weekly supervision. We used reports that were prepared during the treatment process in order to get the data. We noticed that there are peculiarities in the relations of a remarried family, as the presence*

---

<sup>1</sup> Psicóloga. Especialista em Psicologia Clínica pela PUC-PR e Psicoterapia de Família e Casal pela PUC-Rio. Mestranda em Psicologia Clínica pela PUC-Rio.

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia Clínica PUC-Rio. Terapeuta de Casal e Família. Membro da Associação de Terapia Familiar do Rio de Janeiro e da Associação Brasileira de Terapia Familiar. Professora do Curso de Especialização em Psicoterapia de Família e Casal da PUC-Rio. Professora do Curso de Psicologia da Universidade Veiga de Almeida.

<sup>3</sup> Pós-doutoranda em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-Rio. Professora do Curso de Especialização em Psicoterapia de Família e Casal da PUC-Rio e Membro Provisório da SBPRJ.

<sup>4</sup> Professora Titular do Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Coordenadora do Curso de Especialização em Psicoterapia de Família e Casal da PUC-Rio.

*of a delicate balance between the spousal identity construction and reorganization of parental roles. We observed the need to elaborate the expectations triggered by the new spouse's participation in the care of the children from the first marriage, seeking to create a dialogue about the interference in the newly built conjugality.*

**Keywords:** *remarriage; psychotherapy; borders; conjugality; parenting.*

O recasamento pode ser definido como uma união na qual pelo menos um dos parceiros já teve um casamento anterior. Diferentes nomenclaturas são usadas por pesquisadores para definir a família recasada, dentre elas famílias reconstituídas, recasadas ou recompostas (Brito & Soares, 2015). Neste estudo, privilegiamos o uso da nomenclatura família recasada, conforme conceituado por McGoldrick e Carter (2007).

Na contemporaneidade, convivemos muito com recasamentos que são decorrentes de separações e divórcios. Nesta configuração familiar, podemos encontrar uniões em que ambos cônjuges tiveram relacionamentos anteriores ou somente um dos dois foi casado anteriormente. A presença de filhos também é diversa, já que os dois podem ter filhos destas uniões anteriores, ou apenas um deles os tem, e ainda, há a possibilidade de terem ou não filhos em comum. Contudo, para Pasley e Garneau (2016), quando o recasamento inclui filhos de uniões anteriores, se estabelece a formação da família recasada em sua máxima complexidade.

As famílias recasadas tem se tornado uma realidade, cada vez mais frequente, no mundo e no Brasil. McGoldrick e Carter (2007) apontam que, nos Estados Unidos, 65% das mulheres e 70% dos homens que se divorciam tendem a se casar novamente. No Brasil, o número de recasamentos também tem aumentado significativamente. Em 2013, dados do IBGE apontam que houve um crescimento de 23% na formalização dessas uniões. Considerando que muitos casais recasados não formalizam suas uniões, o número proporcional de recasamentos, no Brasil, tende a ser bem maior do que a estatística pode alcançar. O aumento do número de recasamentos sinaliza o desejo de homens e mulheres de construir relações conjugais e familiares, mesmo tendo vivido, anteriormente, o término de uma relação amorosa. Assim, o recasamento é, ao mesmo tempo, uma relação que se apoia no desejo de superar uma experiência de perda anterior, mas também no de construir uma nova história.

As expectativas em relação ao segundo casamento, muitas vezes, são maiores do que no primeiro casamento (Pasley & Garneau, 2016). Através do recasamento o sujeito tende a imaginar que poderá compensar ou apagar as mágoas passadas. Segundo McGoldrick e Carter (2007), o segundo casamento em si pode ser satisfatório, porém, quando existem filhos do casamento anterior, a presença de enteados pode aumentar as dificuldades entre os membros do casal, pois o vínculo progenitor-filho antecede o vínculo conjugal quando há filhos do casamento anterior. Isso faz com que, por vezes, o(a) padrasto/madrasta comece a competir com seus enteados, como se os relacionamentos fossem no mesmo nível.

O recasamento carrega pelo menos três dimensões de bagagem emocional, a família de origem, as questões do primeiro casamento – como o processo de separação/divórcio, e o período entre o estabelecimento da nova conjugalidade. Muitas das dificuldades vivenciadas, pelas famílias

recasadas, podem ser atribuídas à tentativa de utilizar como padrão normas e regras que eram estabelecidas no casamento anterior. Isso tende a contribuir para o aumento de conflitos conjugais, visto que no recasamento um novo modelo deve ser criado (Freitas, 2012; McGoldrick & Carter, 2007).

Como mencionamos, em algumas famílias recasadas, as funções parentais antecedem a conjugalidade, quando já existem filhos da união anterior. O manejo dessas funções é um processo que deve ser negociado entre os membros do novo casal, havendo necessidade de o sistema familiar possuir uma maior flexibilidade na construção de suas fronteiras. Ao mesmo tempo em que os cônjuges precisam continuar se dedicando aos cuidados com os filhos do casamento anterior e, deste modo, dando continuidade ao exercício da parentalidade (Soares, 2015), eles precisam se adaptar ao novo arranjo familiar e terem disponibilidade para a manutenção da nova conjugalidade (Bernstein, 2002). Diversos fatores como a bagagem emocional dos membros do casal, o tempo de recasamento, a guarda dos filhos, o momento no ciclo de vida, dentre outros, vão contribuir para o tipo de organização relacional nessa nova família (Freitas, Silva & Pontes, 2012; Costa & Dias, 2012).

Segundo Cano, Gabarra, Moré e Crepaldi (2009), para vivenciar o recasamento os cônjuges precisam conciliar uma gama de relações potencialmente conflituosas, como a convivência com os filhos do casamento anterior do companheiro e o contato constante com o(a) ex-parceiro(a) em decorrência dos filhos em comum. Brown (2007) constata que a família recasada com filhos, do relacionamento anterior, jamais poderá divorciar-se emocionalmente por completo, visto que sempre existirão questões de ordem prática a serem resolvidas. Esse fato coloca o(a) companheiro(a) atual em contato com o(a) anterior, o que evidencia a importância da delimitação clara de fronteiras entre todos os subsistemas.

Na experiência clínica com casais recasados, a delimitação imprecisa das dimensões da conjugalidade e da parentalidade tem sido um dos principais motivos para a busca de psicoterapia. Segundo Magalhães, Féres-Carneiro, Henriques e Travassos-Rodriguez (2013), as excessivas idealizações das funções parentais e conjugais no recasamento, bem como a projeção no parceiro de expectativas não realizadas, são fatores que contribuem para a indiscriminação entre as dimensões da conjugalidade e da parentalidade, sobretudo, quando as bases da identidade conjugal não estão bem estabelecidas.

Como descrevemos, existe uma interdependência entre as dimensões da conjugalidade e da parentalidade no recasamento. De acordo com Magalhães e Féres-Carneiro (2011), com frequência, as famílias que chegam à clínica revelam-se desamparadas. Elas buscam apoio para o cumprimento da tarefa de promover o desenvolvimento dos filhos, e sobreviver à relação conjugal. A relação a dois carrega uma sobrecarga muito grande frente ao exercício das funções parentais. No caso do recasamento, os filhos da relação anterior podem elevar essa sobrecarga, o que pode contribuir para uma construção conflituosa. Considerando a complexidade das novas configurações familiares, o presente trabalho teve como objetivo investigar as fronteiras no recasamento. Buscamos compreender as particularidades vivenciadas pelas famílias recasadas, tal como a superposição da constituição da identidade conjugal e a vivência da parentalidade na estruturação a nova família.

## **Método**

Este trabalho, de natureza qualitativa, caracteriza-se como um estudo de caso clínico (Yin, 2005). Para este estudo, será descrito o processo de tratamento com um casal recasado, atendido em uma clínica-escola de uma universidade privada da cidade do Rio de Janeiro, durante oito meses, por uma dupla de psicoterapeutas que foram orientadas por uma supervisora semanalmente.

## ***Participantes***

Um casal de nível socioeconômico baixo residente na cidade do Rio de Janeiro e composto por Maria, 43 anos, e João, 41 anos. O casal vive junto há quatro anos e não possui filhos em comum. João possui duas filhas, Ana (10 anos) e Paula (oito anos). Maria possui apenas um filho de seu primeiro casamento, Bruno (14 anos). Nenhum dos filhos compareceu durante o processo psicoterápico.

## ***Procedimentos e considerações éticas***

Foram utilizados os relatórios clínicos elaborados pelas psicoterapeutas ao longo do tratamento. As características do Serviço de Psicologia Aplicada enquanto clínica-escola são inicialmente explicitadas para os pacientes, assim como o sigilo em relação à identidade dos mesmos. Portanto, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para utilização dos dados, referentes ao caso, em ensino, pesquisa e publicação foi assinado no início da psicoterapia. Ressalta-se que os nomes os participantes foram alterados para que suas identidades fossem preservadas. Além disso, algumas informações, do caso analisado, foram omitidas com o objetivo de preservar a identidade do casal e garantir as condições ético-profissionais.

## **Caso clínico**

Maria e João viviam juntos há quatro anos e não possuíam filhos em comum, quando buscaram tratamento. Eles se conheceram por intermédio da irmã de Maria, e logo decidiram morar juntos. Nesta época, João estava separado a alguns meses de sua ex-esposa, com quem se relacionou durante 14 anos. Dessa relação nasceram Ana, atualmente com 10 anos, e Paula com oito anos. No entanto, Maria já estava separada de seu ex-marido há 10 anos, tendo apenas um filho (Bruno) com ele, atualmente com 14 anos de idade.

Quando decidiram morar juntos, não tinham a guarda dos filhos. Após um ano de convivência, as duas filhas de João foram morar com o casal. Nesta época, o filho de Maria residia com os avós paternos. A mudança das filhas de João para a residência do casal criou alterações na dinâmica conjugal. Para Maria, o fato de as meninas residirem com eles estaria trazendo muitas dificuldades para o casal, pois cada um tinha uma maneira de disciplinar as crianças. Maria achava que João deveria impor disciplina e regras às filhas, exigindo mais responsabilidade delas. Relatava que em

sua família de origem, por ser a filha mais velha, sempre cuidou dos dois irmãos menores, assumindo as responsabilidades da casa com muita maturidade. Para João, Maria o ajudava pouco nos cuidados com as filhas, sentindo falta de que ela o auxiliasse mais na rotina diária das crianças.

Durante a psicoterapia, João frequentemente relatava que gostaria de reconstruir uma família, e que contava com o apoio de Maria para ajudá-lo a cuidar das filhas. Maria, por sua vez, destacava que “não era mãe das meninas” e que João queria que ela assumisse a maternidade de suas filhas. Ressaltava que gostaria de participar da relação de João com as filhas, porém de outra forma, não tendo que assumir funções maternas. Maria destacava que os conflitos conjugais se tornaram insuportáveis, após a mudança de Ana e Paula, e que frente aos atuais impasses conjugais pensara por diversas vezes em se separar de João, sendo a busca pela psicoterapia de casal seu último recurso.

### **Desenvolvimento da psicoterapia e discussão**

A seguir, ilustramos a evolução do processo psicoterapêutico desenvolvido com o casal João e Maria. As questões centrais trabalhadas no tratamento foram divididas em categorias nesse trabalho, de modo que ficassem mais claras as dimensões temáticas conflituosas, vividas pelo casal. A ordem das categorias apresentadas representa como o processo psicoterapêutico foi evoluindo. A escolha em priorizar trabalhar determinadas dimensões, desse sistema familiar, foi realizada a partir da observação da exacerbação de ansiedades ligada a determinadas questões, que eram trazidas pelo casal durante as sessões. Portanto, a divisão feita, foi realizada com o objetivo de facilitar a compreensão e descrever a evolução do caso.

#### ***Início do tratamento: o pedido de ajuda***

A busca pelo tratamento aconteceu em decorrência das diferentes concepções de Maria e João a respeito da conjugalidade e da parentalidade. O recasamento criou para João a expectativa de dar às filhas uma mãe substituta. Para Maria, o recasamento significava o exercício da função conjugal e não parental, uma vez que ela privilegiava em especial a manutenção da conjugalidade.

De acordo com Minuchin (1990), mudanças no sistema familiar configuram momentos de transição que alteram o equilíbrio do sistema e podem gerar conflitos. Deste modo, podemos entender que as mudanças decorrentes da chegada das filhas de João à residência do casal instalaram uma crise que alterou o equilíbrio do subsistema conjugal. Assim, podemos pensar que Maria busca a psicoterapia de casal quando essa mudança prejudica o sonho de “viverem um para o outro” e, assim, instala-se o “mal-estar”, que faz com que Maria vivencie a conjugalidade como algo arruinado, pensando até mesmo em separação.

Na origem mítica desse encontro, os opostos se atraem, João, tendo vivido 14 anos em conjunto, após se separar, logo anseia em reconstruir uma família. Ele não havia podido vivenciar o luto pelo rompimento do primeiro casamento, transferindo para Maria o lugar da (ex) mulher idealizada, aquela que cuidaria dele, de suas filhas e de seu projeto de ter uma família. Por outro lado, Maria passara 10

anos sem viver em conjunto, possivelmente com muitas dificuldades para viver o “nós”. Até mesmo, um conjunto no nível parental, já que não tinha a guarda de seu filho e, mesmo quando cuidava dele, parecia vivenciar a parentalidade como um peso.

Maria destacava que João tinha projetos de ter mais um filho, porém teve que entender que ela não queria mais ter filhos. Segundo ela, seu filho Bruno residiu com ela durante 11 anos sendo ela a única responsável por ele. Afirmava que por esta razão não queria mais ter filhos, e ainda assim, mesmo não querendo, teve que assumir as filhas de João de forma integral, coisa que não estava em seus planos.

A maioria dos homens tem a expectativa de que a mulher, no lugar de madrasta, assumirá os filhos do antigo casamento. Porém, muitas vezes, os filhos do casamento anterior são como “estranhos” para a atual esposa (Carter & McGoldrick, 2007; Costa & Dias, 2012). Em decorrência deste estranhamento, Maria sentia dificuldade de manter um relacionamento mais afetivo com as filhas de João. Os conflitos eram decorrentes das dificuldades do casal em negociar suas expectativas com relação ao recasamento.

Para Maria, a presença das filhas de João dificultava que o casal tivesse um espaço só para eles, já que a mãe das meninas não vinha buscá-las todos os fins de semana, conforme havia sido estabelecido. Isto corrobora a concepção de Brown (2007) acerca de um casal com filhos não poder se separar em sua função parental, permanecendo, entre os dois sujeitos, um elo impossível de ser desfeito.

### ***Ciclo vital individual***

O caso estudado ilustra a importância de, no recasamento, se considerar o tempo transcorrido entre o divórcio e o estabelecimento da nova relação, e como os membros da família vivenciaram esse processo (Araújo & Dias, 2002; Costa & Dias, 2012). Cabe refletirmos que antes de João decidir morar com Maria, ele havia se separado há poucos meses. Assim, o tempo entre o divórcio de João e o seu recasamento com Maria ainda parecia insuficiente para a superação dos momentos mais difíceis do divórcio, visto que muitos acordos referentes à parentalidade ainda não pareciam bem estabelecidos entre João e a ex-mulher, o que acabava refletindo no relacionamento atual.

De acordo com Brown (2007) o processo que envolve o divórcio pode ser dividido em três fases: a primeira delas compreende o primeiro ano após a separação, que pode ser caracterizado por um período de caos, confusão e crise. A segunda, o realinhamento, caracteriza-se por ser uma fase de transição, em que os aspectos econômicos, sociais e extrafamiliares estariam sendo reorganizados; esta fase compreende o segundo e terceiro ano após a separação. A terceira fase caracterizada pela estabilização é o momento no qual, segundo o autor, há efetivamente uma reorganização do sistema familiar. Deste modo, as complexidades observadas no relacionamento de João e Maria após o recasamento pareciam estar vinculadas à diferença no ciclo de vida de cada um.

É comum que após o fim de um relacionamento, especialmente quando há filhos envolvidos, os sujeitos se dediquem inicialmente às demandas destes, exatamente como se pôde observar no comportamento de João. Porém, a presença intensa das filhas de João na vida do casal, parecia

deixar pouco espaço para a vivência da conjugalidade. O exercício da função parental era vivenciado como solitário por João, já que a ex-companheira era pouco participativa e Maria não demonstrava interesse em assumir a função materna.

### ***Parentalidade e conjugalidade: superposição de funções***

À medida que processo psicoterapêutico evoluía, Maria parecia mais à vontade para se manifestar, passando a expressar que não queria assumir a função parental. Sentia dificuldade de compreender o momento de vida de João, de entender que ele ainda estava reorganizando sua vida após o processo de divórcio. Ela constantemente reclamava das filhas do companheiro, destacando que sentia pouca autonomia na relação conjugal, já que não conseguia programar algo para o casal, pois a ex-mulher de João não colaborava ficando com as filhas nos fins de semana. De acordo com Kunrath (2006), um dos maiores desafios enfrentados pelas famílias recasadas é o de lidar com os filhos de outros casamentos e encontrar espaço para conjugalidade, exatamente como observamos na relação entre João e Maria.

Os relatos de Maria referentes às filhas de João salientaram a importância de serem ajudados, no processo psicoterapêutico, a refletir sobre como deveriam negociar o exercício da parentalidade (construindo uma coparentalidade). Buscavam encontrar um equilíbrio entre os investimentos nas funções parentais e nas funções conjugais. Era possível observar o desencontro entre eles, que ficava exposto com a chegada das meninas, porque ele buscava em Maria uma mãe para as filhas e ela queria ser apenas a esposa dele. João cobrava que Maria assumisse as funções parentais, sendo convidada a cumprir um destino que já percorrera de forma, também, solitária e sobrecarregada. Vivenciava, a partir disso, a ruína de sua expectativa de, alguma vez na vida, sentir que existe alguém que vive só para ela. Assim, a relação atual com João passava a ser a repetição da velha bagagem de suas relações anteriores. Podemos identificar isso quando ela lembrou ressentida de que, desde muito cedo, fora responsabilizada, por sua família de origem, pelas tarefas domésticas e pelos cuidados com os irmãos. O viver em família tornou-se pesado precocemente para ela, já que vivenciara uma inversão geracional no momento que era exigida por seus pais a cuidar dos filhos deles.

Todas essas observações eram conversadas com o casal, de modo que aos poucos eles passaram a compreender as expectativas implícitas de cada um, as quais organizavam esse “contrato” conjugal velado. No atendimento de famílias e casais recasados, torna-se importante que o psicoterapeuta esteja atento ao fato de que a configuração relacional atual é diferente da família nuclear de primeiro casamento. Como já apontamos, quando existem filhos de outra união na família recasada, a relação de parentalidade vem antes da nova conjugalidade, e a construção desses vínculos é um processo que deve ser negociado entre o novo casal e os filhos do casamento anterior (Soares, 2008; McGoldrick & Carter, 2007).

### ***Relação entre o casal e as enteadas***

Em um momento posterior, João pôde começar a verbalizar porque demandava precocemente de Maria uma parceria nos cuidados com as filhas. Ele apresentava grandes dificuldades de estabelecer regras para as filhas e delegava essa função à Maria. Contudo, desqualificava a esposa quando as filhas reclamavam do autoritarismo da madrasta. Muitos acordos feitos entre o casal e as filhas, relacionados às tarefas da casa, não eram cumpridos. João não cumpria o combinado com Maria e mentia, omitia ou realizava tarefas no lugar das filhas. Esse comportamento ampliava os conflitos conjugais e dificultava ainda mais a relação entre eles. Para João, executar as tarefas pelas filhas era algo natural, já que era ele quem tomava as decisões e fazia as tarefas na sua casa, quando ainda era casado com a mãe das meninas. Maria, por sua vez, destacava que na relação com o ex-marido as tarefas da casa eram divididas entre todos, incluindo o filho, e era ela quem tinha o papel de delegar as atividades do lar.

Desse modo, foi possível observar que o casal tinha percepções diferentes sobre a execução de tarefas do lar e sobre a educação dos filhos. A dificuldade de Maria, em aceitar a forma como João se relacionava com as filhas, fazia com que ela permanecesse constantemente em disputa com as enteadas, precisando competir com elas pela atenção de João. Os conflitos pareciam estar atrelados ao fato de o casal permanecer preso aos modelos e padrões estabelecidos nos relacionamentos anteriores e nas relações precoces em suas famílias de origem.

Isso vai ao encontro das postulações de Minuchin (1990) sobre a estrutura do funcionamento familiar estar relacionada aos modelos e padrões comportamentais de cada membro do sistema, caracterizando a identidade familiar. A estrutura de funcionamento estabelecida nos relacionamentos anteriores era muito presente na relação de João e Maria, impossibilitando-os de criarem uma identidade conjunta própria.

Em decorrência desses aspectos, tornou-se importante trabalhar durante a psicoterapia a bagagem relacional trazida das famílias de origem e dos casamentos anteriores para a relação atual, discutindo aspectos que reaparecem nessa relação, mas, que, embora vivenciados como semelhantes, têm origem em outras relações. Conforme afirma Nicoló (1995), a constituição do casal se dá através da articulação de vários aspectos de cada parceiro, dentre eles suas necessidades pessoais. McGoldrick e Carter, (2007) ampliam essa ideia afirmando que no primeiro casamento o sujeito carrega consigo os padrões de sua família de origem, enquanto para o recasamento levam-se padrões da família de origem, aspectos do casamento anterior, questões da separação e, ainda, aspectos da relação atual que precisam ser negociados entre o casal.

### ***Expectativas implícitas e experiências anteriores de vida***

Como mencionamos é fundamental, no atendimento a famílias recasadas, serem trabalhadas de maneira aprofundada as visões de casamento que cada um dos membros do casal possui. Observamos, desde o início do tratamento, que as expectativas de João e Maria referentes ao recasamento não eram compartilhadas entre eles e nem mesmo possíveis de serem discutidas. Sendo assim, aos poucos, as psicoterapeutas buscaram ampliar o diálogo entre eles, na tentativa de melhorar a comunicação, proporcionando um espaço de reflexão e de reconhecimento das



divergentes expectativas de cada um. Com isso, ambos passaram a falar daquilo que vivenciaram em suas vidas, do que abriram mão em prol do relacionamento e do que esperavam construir conjuntamente.

Para proporcionar a reflexão destes aspectos no tratamento, foi utilizada a técnica “O que é um casal?” (Rosset, 2008), que tem como objetivo auxiliar o casal a identificar crenças e valores referentes ao casamento e ao relacionamento a dois. A técnica consiste em os membros do casal escreverem sobre cada uma das questões que seguem: “O que é um casal?”; “Por que um casal fica junto?”; “Quais são os casais felizes e infelizes que foram marcantes para você?”; “Por que eles foram marcantes para você?”.

A aplicação da técnica possibilitou que João e Maria refletissem acerca dos modelos que tinham de casal. Maria trouxe lembranças de uma infância infeliz, marcada pela relação conjugal conflituosa dos pais. João pontuou sobre as dificuldades no relacionamento com a ex-mulher. Ambos puderam observar importantes aspectos das relações anteriores que influenciavam o relacionamento deles.

Ainda foi possível perceber que, em função de Maria ter sempre desempenhado papéis de liderança em suas outras relações, ela demonstrava dificuldade em dar espaço para João se expressar. João, por sua vez, sentia dificuldade de se posicionar. O casal expressava que as regras da casa eram determinadas por Maria, não sendo uma construção do casal. Era possível perceber que Maria costumava impor as regras e João as aceitava sem questionar, mesmo não concordando, pois Maria não deixava o marido se expressar. Além de dominar a casa, em algumas oportunidades Maria tentava dominar o espaço psicoterapêutico, falando de maneira excessiva e sem dar espaço às enunciações do marido.

Como, até mesmo nas decisões referentes às próprias filhas, João se omitia, deixando Maria resolver, por vezes tendo que entrar em contato com a mãe das meninas, as psicoterapeutas pensaram que seria fundamental valorizar as falas de João, ajudando-o a se posicionar. Neste sentido, as intervenções utilizadas em psicoterapia tiveram como base a inclusão de João em todas as decisões familiares. As terapeutas passaram a questionar João sobre como ele se sentia nestas ocasiões em que ficava omissivo. Apesar de uma resistência inicial, por parte de Maria, frente às narrativas de João, aos poucos, ela pôde compreender a importância dessa mudança de comportamento dele. Buscou-se analisar com o casal os possíveis ganhos, com a quebra desse ciclo sintomático, para o relacionamento conjugal, bem como entender as razões de Maria desejar, mesmo sem se dar conta, manter um marido “anulado”.

Dessa maneira fronteiras permeáveis foram sendo construídas em torno dos membros, ficando mais delimitados os papéis de cada um no sistema familiar e as funções parentais de João e coparentais de Maria. Buscou-se refletir com os membros do casal, a importância de poderem encontrar momentos para a vivência da conjugalidade, que se mostrava enfraquecida, visto que as exigências parentais se sobressaíam, e com isso interferiam negativamente no relacionamento conjugal.

Tornou-se fundamental, desse modo, que João e Maria pudessem perceber que a criação de filhos, no segundo casamento, exige paciência, flexibilidade e muita maturidade do casal, caso contrário, pode haver prejuízos para relação a dois. Neste sentido, além de conseguir distinguir os

papéis de cada um, foi importante que o casal pudesse compreender que ambos precisavam apoiar-se mutuamente para a construção de um novo modelo familiar.

Assim, durante as sessões, as psicoterapeutas procuraram dar abertura ao casal para trocarem sobre suas experiências anteriores, buscando apontar que elas influenciam o comportamento deles, pois, fazem parte da história pessoal de cada um deles. Porém, juntos estão construindo uma nova história, onde as novas regras e padrões devem ser criados conjuntamente. Assim, foi trabalhada a relevância do respeito às diferenças de percepção de cada um, e a importância da negociação de acordos e projetos compartilhados para que, desse modo, pudessem mitigar a vivência de ruína conjugal.

Por exemplo, ao longo do tratamento, eles puderam verbalizar com mais frequência sobre um grande projeto comum que estava centrado na construção de uma casa. Eles investiam todo o dinheiro que recebiam na realização desse projeto. João mencionava que se sentia muito mal, pois apostara tudo na relação com Maria, investindo nesse grande plano comum: a construção da casa. Esse projeto compartilhado, o qual recebia todo o investimento financeiro do casal, representava metaforicamente o investimento do casal nessa busca por constituírem uma identidade conjugal e familiar.

### ***Transformações da dinâmica familiar e processo de alta***

No início da psicoterapia o casal residia em uma casa cedida pela mãe de Maria, pagando-lhe aluguel. Porém, após seis meses, foram pressionados por ela a desocupar o imóvel. Em decorrência disso, resolveram mudar para uma nova casa ainda em construção, mesmo estando em estado precário de moradia. Eles decidiram não incluir as filhas de João neste primeiro momento e, deste modo elas voltaram a morar com a mãe biológica. O casal passou a entender-se melhor após o retorno das filhas de João para a casa da mãe. Parece que a mudança para a própria casa, representava o quanto eles começavam a criar um espaço conjugal, uma incipiente identidade no nível do “nós”, favorecendo a vivência da conjugalidade.

Os conflitos trazidos pelo casal, apresentados no início da psicoterapia, diminuíram ao longo do tratamento. Entendemos que João e Maria no nível afetivo, ainda não haviam conseguido formar uma identidade conjugal, a qual exige que seja constituído algo para além das individualidades. O retorno das filhas de João para a casa da mãe viabilizou ao casal criar fronteiras entre as funções parentais e conjugais, proporcionando o fortalecimento da identidade conjugal.

Construir a moradia simbolizava constituir o elo entre eles, mas para isso ser legitimado e ser usufruído foi preciso reconhecer e tolerar as bagagens daquele a quem se ligavam. Eles, inicialmente, pareciam pouco disponíveis para conviver com as necessidades do outro em sua alteridade. Como consequência, ainda não poderiam incluir as filhas de João no espaço relacional, e nem mesmo o filho de Maria, que raramente era mencionado durante a psicoterapia. Mas como não incluir os filhos, quando eles já existem? Como constituir uma família, antes mesmo da construção do subsistema conjugal?

O espaço terapêutico possibilitou a Maria e João, ao invés de buscarem seus modelos individuais idealizados, entenderem que precisavam olhar um para o outro em suas diferenças e com seus lastros das histórias familiares. Ao se tratarem, investiam subjetivamente na constituição da identidade conjugal. Houve uma melhoria nas condições financeiras do casal, em paralelo à evolução emocional, que foi direcionada à construção da casa.

Na verdade, Maria e João passaram a poder realizar um trabalho simbólico em conjunto, buscando investir afetivamente na construção de um “nós”. Com o decorrer dos atendimentos observou-se que eles estavam mais envolvidos e motivados com a relação conjugal. A psicoterapia favoreceu, em especial, para o aumento da autoestima de ambos, após a reflexão da importância da comunicação clara e aberta entre eles.

Após sete meses de tratamento, a pedido do casal o trabalho psicoterapêutico, que acontecia semanalmente, evoluiu para o formato quinzenal antes do seu término, após oito meses. Entendemos, com isso, que João e Maria pareciam estar se sentindo mais fortalecidos para lidar com suas questões, buscando desse modo mais autonomia. Quando encerraram o tratamento, eles estavam morando sozinhos, sem a presença dos filhos. Talvez, quando sentirem a identidade conjugal mais consolidada, consigam criar condições para fazerem a passagem do mundo centrado no par para a existência do múltiplo, elemento que caracteriza a família recasada. A psicoterapia de casal pôde oferecer à dupla Maria e João a segurança da existência do vínculo entre eles e uma disposição para serem uma família.

### **Considerações finais**

Nesse trabalho, discorremos acerca da família recasada, um modelo de configuração familiar bastante comum na atualidade. Tivemos como objetivo investigar as fronteiras no recasamento, buscando compreender o interjogo estabelecido entre a conjugalidade e a parentalidade na estruturação da nova família. A família recasada é considerada uma configuração familiar complexa. Um dos fatores que contribui para isto é o fato de que o recasamento representa o entrelaçamento de várias famílias. Uma das dificuldades sentidas na estruturação das famílias recasadas refere-se à delimitação das fronteiras no exercício das funções parentais e conjugais. A psicoterapia de casal, é neste sentido, um espaço para que o sistema familiar recasado desvele os desafios do novo arranjo.

Observamos através do caso discutido, que as expectativas do casal em relação à conjugalidade, a vinda das filhas de João para a residência do casal, a dificuldade de comunicar-se, e a falta de uma delimitação de fronteiras claras, foram aspectos que patrocinaram os conflitos conjugais, os quais trouxeram o casal para a psicoterapia. Tornou-se importante, deste modo, fortalecer a conjugalidade que se mostrava enfraquecida. Ainda, esclarecer a delimitação entre a conjugalidade, a individualidade e a parentalidade, visto que não havia uma delimitação das fronteiras e limites entre os papéis que cada um desempenhava na relação.

João, ao longo do tempo, pareceu mais comunicativo e se colocando mais na relação. Maria, por sua vez, mostrava-se mais satisfeita com as atitudes do marido. Parece que a escuta viabilizada na psicoterapia de casal os ajudou a compreender de forma mais clara as percepções e diferenças de

cada um. A ampliação do diálogo entre João e Maria, frente às dificuldades de comunicação e estabelecimento de acordos, possibilitou um amadurecimento do casal. Cabe destacar que o estabelecimento de um bom vínculo terapêutico construído entre o casal e as psicoterapeutas também contribuiu para a evolução do trabalho desenvolvido.

Verificamos que espaço terapêutico, para o casal recasado, pode tornar-se um importante lugar para o fortalecimento da conjugalidade, assim como para a delimitação dos lugares e funções de cada membro na família. Concluímos que a oportunidade do casal recasado refletir sobre a realidade familiar, buscando diferentes possibilidades de contribuir para a saúde de seus membros, pode colaborar para o equilíbrio e o crescimento do sistema familiar como um todo.

Cabe ressaltar, por fim, que acreditamos que este estudo pode contribuir para a atuação do psicoterapeuta de casal, na medida em que traz, para a discussão, um modelo de estrutura familiar cada vez mais comum, a de famílias recasadas com filhos de casamentos anteriores. Acreditamos que o desenvolvimento, cada vez maior, de estudos clínicos com as diversas configurações familiares favorece o crescimento e a eficácia da prática psicoterapêutica neste campo.

## Referências

- Araújo, M. R. G. L. & Dias, C. M. S. B. (2002). Papel dos avós: Apoio oferecido aos netos antes e após situações de separação/divórcio dos pais. *Estudos de Psicologia*, 7, 91-101.
- Bernstein, A. C. (2002). Recasamento: Redesenhando o casamento. In P. Papp (Org.), *Casais em perigo: Novas diretrizes para terapeutas* (pp. 295-323). Porto Alegre: Artmed.
- Brito, L. M. T. & Soares L. C. E. C. (2015). Números que pouco explicam: Indicadores sobre famílias recasadas e bullying. *Psicologia USP*, 26, 269-278.
- Brown, F. H. (2007). A família pós-divórcio. In B. Carter & M. Mcgoldrick (Orgs.), *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar* (pp. 321-341). Porto Alegre: Artmed.
- Cano, D. S., Gabarra, L. M., Moré, C. O. & Crepaldi, M. A. (2009). As transições familiares do divórcio ao recasamento no contexto brasileiro. *Psicologia: reflexão e crítica*, 22, 214-222.
- Costa, J. M. & Dias, C. M. S. B. (2012). Famílias recasadas: Mudanças, desafios e potencialidades. *Psicologia: Teoria e Prática*, 14, 72-87.
- Freitas, H. R. M., Silva, S. S. C. & Pontes, F. A. R. (2012). Percepção de conflito em uma família recasada constituída por um filho com paralisia cerebral. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 18, 155-172.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2013). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Kunrath, L. H. (2006). Recasamento: Novas oportunidades para o espaço conjugal?. *Pensando Famílias*, 10, 101-112.
- Magalhães, A. S. & Féres-Carneiro, T. (2011). Em busca de uma conjugalidade perdida: Quando a parentalidade prevalece. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Casal e família: Conjugalidade, parentalidade e psicoterapia* (pp. 161-173). São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Magalhães, A. S., Féres-Carneiro, T., Henriquez, C. R., & Travassos-Rodriguez, F. (2013). O lugar do padrasto na clínica com famílias recasadas. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Casal e família: Transmissão. Conflito e violência* (pp. 113-128). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Mcgoldrick, M. & Carter, B. (2007). Constituindo uma família recasada. In B. Carter & M. Mcgoldrick (Orgs.), *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar* (pp. 344-367). Porto Alegre: Artmed.
- Minuchin, S. (1990). *Famílias: Funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artmed.
- Nicoló, A. (1995). O modelo psicanalítico de funcionamento do casal. In M. Andolfi, C. Angelo & C. Saccu. (Orgs.), *O casal em crise* (pp. 75-90). São Paulo: Summus.
- Pasley, K. & Garneau, C. (2016). Recasamento e família recasada. In F. Walsh. (Org.) *Processos normativos da família: Diversidade e complexidade* (pp. 149-171). Porto Alegre: Artmed.
- Rosset, S. M. (2008). 123 Técnicas de psicoterapia relacional sistêmica. Curitiba: Editora Sol.
- Soares, L. C. E. C. (2008). A família com padrasto e/ou madrasta: Um panorama. In L.T. Brito (Org.), *Famílias e separações: Perspectivas da psicologia jurídica* (pp. 81-112). Rio de Janeiro: ED/UERJ.
- Soares L. C. E. C. (2015). Recasamento, dinheiro e solidariedade: Possíveis demandas das famílias recasadas nos tribunais. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 53, 82-94.
- Valentim de Souza, D. H. A & Dias, C. M. S. B. (2014). Recasamento: Percepções e vivências dos filhos do primeiro casamento. *Estudos de Psicologia*. 31, 191-201.
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

### **Endereços para correspondência**

denise.bernardi@yahoo.com.br  
monivas.dias0@gmail.com  
recanm@gmail.com  
teferca@puc-rio.br

Enviado em 19/09/2016  
1ª revisão em 29/10/2016  
Aceito em 24/11/2016